

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Religião e política no primeiro reinado e regências: os *padres-políticos* no contexto de formação do Estado imperial brasileiro.

Françoise Jean de Oliveira Souza*

Resumo:

O presente texto tem o objetivo de analisar a atuação política do clero brasileiro no momento inicial de formação do Estado Imperial, demonstrando como esse segmento religioso fez-se presente nos inúmeros canais de participação política que emergiam na sociedade brasileira oitocentista. Em particular, analisaremos como o clero vislumbrou neste contexto de transformações, a possibilidade de reformar a igreja brasileira, repensando sua situação política e moral, na expectativa de inaugurar uma nova fase de sua história.

Palavras chave: Clero, Império, Igreja.

Abstract:

The following work has the goal of studying the political role of brazilian clergy in the initial shaping moments of the Imperial State, showing the political participation of this religious faction and how it make itself present in the emergent nineteenth brazilian society. In detail, we will address the question of how the clergy in this context saw the possibilities of church reform, rethinking its political and moral position, hoping to open a new period in its history.

Keywords: Clergy, Empire, Church

Os anos transcorridos entre a emancipação política do Brasil e o término da experiência regencial caracterizaram-se, sobretudo, pelo processo de construção das bases do novo Estado que se formava. Naturalmente, esse processo trouxe consigo uma série de embates entre correntes de pensamentos e segmentos sociais que, pela primeira vez, assumiam a dianteira da política brasileira.

Um desses setores da sociedade que se fez fortemente presente nos debates políticos de então, assumindo destacado papel no processo de construção das bases do Estado imperial foi o clero. A estes religiosos, chamaremos aqui de *padres-políticos*.

Desde o início do período monárquico, a presença de *padres-políticos* fez-se marcante na nossa história, compondo parte da restrita elite política imperial. Dos 102 deputados gerais eleitos para a primeira legislatura brasileira, iniciada em 1826, 23 eram clérigos, representado 22,5% do total de cadeiras. Na segunda legislatura (1830-1833), os *padres políticos* correspondiam a 22% dos deputados gerais; na terceira legislatura (1834-1827), 24% e na quarta legislatura (1838-1841)16%. A partir daí, sua presença na Câmara dos Deputados tornou-se cada vez menos significativa. Fato similar pode ser constatado no Senado para onde 13 *padres* foram eleitos entre 1826 e 1841, ao passo que, durante todo o Segundo Reinado, somente 4 *padres* conseguiram ascender a tão alto cargo político.

A considerável presença de elementos do clero na política brasileira encontra várias explicações. A primeira reside na preeminência do clero entre os homens cultos do país. Cercado por uma população, em sua maioria, iletrada, o clero brasileiro, possuidor de, no mínimo, a escolaridade secundária, acabou sendo solicitado a concorrer nas eleições, desde a vereança até as câmaras legislativas provinciais, nacionais e no senado. Completa esta explicação o fato de que, em razão do Padroado Régio, os padres terem sido, ao mesmo tempo, servidores da igreja e empregados públicos. E, como bem demonstrou José Murilo de Carvalho, o emprego público foi a ocupação que mais favoreceu e treinou para a tarefa de construção do Estado Imperial na sua fase inicial, isto é, de 1822 a 1850. O Estado foi o maior empregador do tipo de gente que foi levada ao poder público, aos cargos eletivos do legislativo e aos cargos do executivo (CARVALHO, 1980: 76). Acrescente-se a isto o fato de que um dos grandes efeitos da política pombalina no Brasil, ainda na segunda metade do século XVIII, foi a formação de religiosos para os quais a atuação política se fizera natural, uma parte da vida eclesiástica.

Diante das novas perspectivas trazidas pela independência e pelas discussões acerca do modelo de Estado a ser instaurado no Brasil, os padres-políticos aproveitaram a oportunidade para repensar a situação política e moral da Igreja brasileira, na expectativa de inaugurar uma nova fase de sua história. Entre o clero, era unânime a urgente necessidade de reformar a Igreja que se encontrava em situação calamitosa. Além de insuficiente, mal remunerado e mal distribuído pelas paróquias, o clero brasileiro encontrava-se mal preparado em matéria religiosa e coberto por escândalos morais, colaborando para a distorção do catolicismo no império.

Todavia, se por um lado era comum a crença na necessidade de reformas, por outro, não havia um consenso acerca da direção a ser seguida por estas e nem por quem elas seriam conduzidas. Um dos maiores embates estabelecidos no seio do clero consistiu em definir se as reformas religiosas diziam respeito exclusivamente à Igreja ou se, ao contrário, deveriam partir e serem dirigidas pelo poder secular. Este embate refletia a própria indefinição acerca do relacionamento que vigoraria entre a velha Igreja e o novo Estado que se formava. A grande quantidade de assuntos eclesiásticos discutidos pelo parlamento brasileiro durante o Primeiro Reinado e nos anos das regências demonstram o tamanho dessa indefinição e o desejo por transformações.

Sem pretender esgotar em esquemas fechados toda a variedade de posicionamentos político-religiosos existentes entre os padres-políticos, pôde-se perceber que, grosso modo, estes se dividiam em dois grupos que optamos por chamar de “católicos

liberais” e de “católicos conservadores”. Estes grupos tinham, em padre Antônio Diogo Feijó e em Dom Romualdo Antônio de Seixas, arcebispo da Bahia, suas respectivas lideranças.

Nas sociedades católicas do século XIX, surgiu o que a historiografia nomeou de catolicismo liberal. Esta corrente político-religiosa foi marcada por uma tendência progressista de adaptação da Igreja ao novo universo intelectual e às novas condições sociais. Dentro da perspectiva, os católicos liberais brasileiros pensaram e discutiram as questões eclesiais no âmbito do Estado Nacional que se formava. Estes religiosos tinham uma idéia bastante moderna das liberdades da Igreja brasileira em face da Igreja universal, sustentando a competência e a legitimidade da interferência do poder civil para examinar os assuntos constantes nas bulas. Deste modo, os católicos liberais estavam convencidos de que as reformas da Igreja deveriam ser levadas a efeito pelo governo, uma vez que os interesses da religião e da Igreja se fundiam com os do Estado. Essa nacionalização dos interesses da igreja brasileira quase provocou o cisma com Roma.

Coube exatamente a estes padres encabeçarem, na Assembléia Geral, os projetos de reforma que buscavam enfraquecer a influência romana sobre a Igreja brasileira, tais como a proposta de extinção das ordens religiosas e a proibição da entrada de frades estrangeiros. Além disto, defenderam a abolição do celibato clerical, que no entender deste grupo, seria a única maneira de moralizar o clero.

Vale lembrar que em todos os momentos em que as discussões parlamentares resvalaram na questão da soberania nacional, quando, por exemplo, por ocasião dos debates acerca de quem deveria nomear os bispos brasileiros, se o imperador ou o Papa, padre Feijó, representante maior do catolicismo liberal, posicionou-se claramente em favor do Estado, como enfatiza na seguinte afirmação: “*se a nação brasileira não tem a força e o poder necessário para promover sua prosperidade sem o consentimento da Cúria Romana, então não é independente, não é nação*” (RICCI, 2001:360). Esta postura sugere um despertar da consciência nacionalista entre o clero brasileiro, sendo esta marcada por uma tônica regalista. O sentimento patriótico assumiu uma conotação específica para estes padres, constituindo-se na luta por uma autonomia do Estado com relação à influência exercida anteriormente pela Igreja romana.

Em contraposição ao círculo liberal, havia na Igreja brasileira um segmento conservador. O conservadorismo foi um pensamento desenvolvido na Europa como tentativa dos setores mais abalados pela Revolução Francesa de deter o processo desintegrador dos antigos valores. Em linhas gerais, ele caracteriza-se pela descrença na razão, pela compreensão dos direitos como determinados pela tradição e não como dados naturais, pela

idéia da subordinação das relações sociais ao princípio da ordem e disciplina e pela negação do individualismo em prol do coletivo.

Os católicos conservadores do Brasil caracterizaram-se pela defesa do ultramontanismo, voltados para a Santa Sé na linha da centralização papal. Dentro deste grupo, Dom Romualdo Antônio de Seixas emergiu como figura proeminente do movimento de reforma católica que, na direção contrária ao proposto pela reforma dos liberais, visava a regeneração da Igreja segundo os moldes tridentinos. Isto quer dizer que muito embora não questionasse o direito do padroado régio, este segmento conservador impunha sérias restrições à interferência do Estado em determinados assuntos da Igreja. Também, lutando pela criação de mais seminários no Brasil e adequando-os às diretrizes romanas, os católicos conservadores visavam, além de elevar o nível educacional do clero, corrigir as distorções existentes entre a prática católica e as doutrinas da religião, buscando uma maior ortodoxia. Em decorrência disto, Dom Romualdo foi quem mais se interpôs aos projetos reformistas que Feijó e seu grupo apresentavam na Assembléia Geral.

Os projetos mais polêmicos defendidos por Feijó, tal como o que propôs o fim do celibato clerical, não chegaram a ser aprovados pela Assembléia Geral. De qualquer forma, sua visão liberalizante a respeito da igreja, típica de um jansenismo tardio, deu o tom do relacionamento estabelecido entre a Igreja e o Estado brasileiro ao longo de todo o período monárquico. Dom Romualdo, por outro lado, se não conseguiu, ainda na primeira metade do século XIX, impor seu modelo de igreja reformada ao sabor tridentino, acabou por lançar o germe daquela que seria uma das mais importantes reformas pela qual passaria a igreja católica brasileira, iniciada em meados do Segundo Reinado e consubstanciada na República. Seu discurso conservador, aliás, ajuda-nos a conhecer uma série de imagens e conceitos que colaboraram para a justificação do poder do Estado conservador implantado nos anos 30 do século XX. Segundo ROMANO, a aproximação da rede discursiva conservadora, presente desde o século XIX, das experiências políticas do século XX, permite-nos ver “*o quanto certas idéias recentes lançaram raízes nos séculos passados, visando harmonizar razão e sentimento, orientando as manifestações teológico-políticas ou secularizantes que disputam até hoje a condução da nossa vida política*” (1979:7).

A atuação do clero na política brasileira não se restringiu, contudo, aos debates religiosos. Ao contrário, ao longo dos vinte anos aqui estudados, os padres-políticos estiveram envolvidos nos principais acontecimentos da nossa história parlamentar: da constituinte de 1823, passando pela tentativa de instauração de uma nova Assembléia Constituinte em 1832, também conhecida como a “revolução dos Três Padres”, a aprovação do Ato Adicional de 1834 até o golpe da maioria. Até o momento em que nos encontramos com a pesquisa, não

foi possível ainda mapear de que maneira o clero se organizou dentro da embrionária estrutura político-partidária que começava a se formar. Ainda não sabemos também se os padres que compuseram o círculo liberal e o conservador mantiveram-se coesos quando os assuntos tratados no parlamento eram de caráter estritamente secular. Estas questões ainda estão por ser estudadas na pesquisa sobre a qual nos debruçamos. De qualquer maneira, já é possível perceber que houve uma tendência de aproximação dos padres ao grupo político tradicionalmente chamado pela historiografia de liberais moderados. Isto, entretanto, não nos permite afirmar que o clero assumiu um posicionamento político homogêneo a ponto de se constituir numa “bancada clerical” dentro da Assembléia Geral. Ao contrário, entre os 81 padres eleitos no Primeiro Reinado e nas Regências, encontramos tendências políticas as mais diversas: de exaltados como o padre Marcelino Pinto Ribeiro Duarte, passando por liberais moderados como Feijó e seu séqüito, até conservadores como o padre Francisco Ferreira Barreto. Houve também aqueles padres como o pernambucano Venâncio Henrique de Resende que, à maneira de Bernardo Pereira de Vasconcelos e ao gosto da cultura política brasileira, caminhou de um extremo ao outro, ao sair dos campos de batalha da Revolução Pernambucana de 1817 e da Confederação do Equador para assumir as fileiras do futuro Partido Conservador.

Os padres do império não tiveram sua prática política limitada aos espaços oficiais de poder vinculados ao Estado. Ao contrário, com o intuito de verem concretizados seus modelos de reforma religiosa, bem como, seus projetos políticos seculares, eles travaram suas batalhas políticas em muitos outros espaços, como no *front* das revoluções, na imprensa e nos diversos clubes associativos surgidos no período em questão.

É de conhecimento de todos o fato de muitos padres terem participado de revoluções ao longo da primeira metade do século XIX. Em um primeiro momento poder-se-ia pensar que esses padres revolucionários eram compostos somente por membros do baixo clero ou oriundos de segmentos sociais mais baixos, o que lhes tornariam líderes populares em potencial. Contudo, ao contrário disto, muitos foram os padres da alta política do império, como os membros da Assembléia Geral aqui estudados, que participaram destas revoluções. Do total dos padres-políticos pertencentes à Assembléia Geral, 23% participaram de alguma revolução, tendo sido presos e alguns exilados. Também CARVALHO (1980:151) afirma que a maioria dos padres revolucionários era de origem rica. Muitos se envolveriam em revoluções por assumirem um liberalismo mais próximo ao dos fazendeiros, isto é, que se opõe à interferência do governo central em seus domínios. Importante lembrar que, após sofrerem as repressões por parte do governo imperial, a quase totalidade desses padres

revolucionários, no melhor exemplo da nossa cultura política da conciliação, reassumiu cargos representativos ou postos importantes dentro da estrutura política do Estado.

Importante também foi a atuação dos padres-políticos na imprensa. Esta atividade, aliás, acabou por configurar-se como uma extensão de suas atividades parlamentares, na medida que a imprensa tornou-se “*um foro alternativo para a tribuna*”, onde se diziam coisas que não se ousava dizer na tribuna da Câmara ou do Senado (CARVALHO, 1980:44), além de traduzir para um público leitor mais amplo o que ocorria em ambientes restritos, como o da Assembléia Geral. A partir das informações que foram levantadas até então, é possível afirmar que, no mínimo 25% dos padres que tiveram assento no parlamento aturam intensamente na imprensa, editando ou redigindo importantes periódicos brasileiros. Não foram poucos os padres políticos responsáveis por levar a imprensa às regiões mais distantes das províncias das quais se originavam. Também LUSTOSA (2000), analisando a imprensa brasileira no início do XIX, percebe a presença constante de padres na redação de jornais, fenômeno este atribuído, em parte, à falta de profissionalização do jornalismo brasileiro. Analisando, por exemplo, a redação do *Gazeta do Rio de Janeiro*, a autora afirma que esta era “*uma mistura de redação propriamente dita com repartição pública e claustro*” (2000:71). O significativo envolvimento dos padres-políticos com atividade da imprensa, além de reforçar seu desejo de participação política por meios outros que não somente os cargos eletivos, ampliando o modo pelo qual interagiam com o mundo secular e faziam política, demonstra que esse segmento da elite política e religiosa brasileira compunha, também, parte da nossa restrita elite intelectual.

Por fim, resta falar rapidamente de como os padres-políticos fizeram-se presentes nos modernos espaços de sociabilidade que surgiam no Brasil, e, em particular, no período regencial. Este último é marcado por diversas manifestações de surto associacionistas em decorrência da inquietação política, social e econômica gerada pela abdicação do imperador. Sociedades políticas, filantrópicas e culturais como a Defensora da Liberdade e da Independência Nacional, Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, Sociedade Coluna do Trono e do Altar, as maçonarias e sociedades secretas, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e institutos de pesquisa afins, tanto nacionais como internacionais, contaram com a significativa presença e liderança do clero brasileiro. Muito embora alguns desses espaços associativos não se apresentem explicitamente como detentores de objetivos políticos, como por exemplo, o IHGB, há, sem sobra de dúvidas, um caráter político subjacente a todos eles, uma vez que permitiam a aproximação estratégica entre os membros da elite política brasileira. A política, é importante lembrar, de maneira nenhum constitui um fenômeno restrito ao Estado, ao contrário, mostra-se presente em relações desenvolvidas em várias

instâncias sociais. Assim, no caso particular do clero, é possível inferir que sua presença em tais meios significava a maior possibilidade de articulação política e desenvolvimento de contatos estratégicos capazes de lhes garantir, não só a efetivação de seus projetos político-religiosos, como também a ascensão à altos cargos eclesiásticos.

O momento áureo da ação política do clero no parlamento e nos demais espaços de atuação política aqui apresentados foi se desfazendo a partir do Segundo Reinado. Enquanto os clérigos assumiram papéis de destaque na política brasileira ao longo das quatro primeiras legislaturas que cobrem o Primeiro Reinado e Regências, a partir de 1841 eles foram ocupando cada vez menos cadeiras no parlamento. Conseqüentemente, sua atuação na Assembléia Geral foi tornando-se apagada, com raros e pálidos discursos incapazes de inflamar o espírito de seus companheiros do legislativo, como se dera outrora.

Este fenômeno é conseqüência de dois fatores: o primeiro diz respeito ao próprio perfil da elite política brasileira que vai se transformando, a partir de 1870, quando os funcionários públicos perdem espaço no parlamento para os bacharéis. O segundo fator passa por questões internas à igreja católica. Ao longo do século XIX, foi ocorrendo uma progressiva inversão dos valores político-religiosos predominantes no interior do clero brasileiro. Os conservadores que, a princípio, encontravam-se em minoria, foram ganhando força dentro da Igreja no Brasil, acompanhando o movimento internacional de Romanização das Igrejas católicas, encabeçado pelo papa Pio IX. Como conseqüência, tem-se o progressivo afastamento dos padres dos espaços oficiais de poder do Estado. O clero, agora, volta-se para as questões internas da Igreja, para o fortalecimento da instituição, para a melhor formação de seus membros, e, principalmente, para a luta em prol da ortodoxia católica. Envolvendo-se menos com as questões políticas seculares, embora nunca as tenham abandonado, o clero brasileiro foi, cada vez mais, abandonado a tribuna parlamentar e assumindo o púlpito, os seminários e a catequese como o lugar, por excelência, de sua manifestação pública.

Bibliografia

- CARVALHO, Jose Murilo. *A Construção da Ordem. A Elite Política Imperial*. Brasília: Editora Campus, 1980.
- LUSTOSA, Isabel. *Insultos Impressos. A Guerra dos Jornalistas na Independência (1821-1823)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- RICCI, Magda. *Assombrações de um padre regente. Diogo Antonio Feijó (1784-1843)*. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.
- ROMANO, Roberto. *Brasil: Igreja contra Estado (Crítica ao populismo católico)*. SP: Kairos, 1979.